FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

CONSELHO DE ESCOLA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Acta n.º 8/2014
(Reunião de 17 de Novembro de 2014)

§1. No décimo sétimo dia do mês de Novembro de 2014, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu na Sala do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa o seu Conselho de Escola.

§2. Estiveram presentes na reunião, enquanto membros docentes, o Professor Doutor Vasco Pereira da Silva (também Presidente do Órgão), o Professor Doutor José Luís Ramos, o Professor Doutor Januário Costa Gomes, o Professor Doutor Luís Pereira Coutinho, a Professora Doutora Margarida Seixas, a Dr.ª Mariana Melo Egídio, o Professor Doutor Guilherme d'Oliveira Martins, o Professor Doutor Miguel Moura e Silva e o Professor Doutor Domingos Farinho; enquanto membros discentes, os estudantes Filipe Nascimento, Bruno Grazina, Patrícia Tavares, Carolina Cabral e Maria Desidério; em representação dos funcionários, esteve Isabel Ramos; sem direito de voto, esteve presente o estudante Pedro Gonçalves em representação da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa; a título de prestação de informações acerca das Contas da Faculdade estiveram ainda presentes o Director, Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro. A título de prestação de informações, estiveram ainda presentes o Director, Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro, a Diretora Executiva, Dr.ª Ana Paula Carreira, o Chefe da Divisão Académica, Dr. Miguel Martins, e, enquanto responsável designado pelo Director para a organização do Festival FDUL Experiência e para a preparação do Projecto de Regulamento de Prestação de Serviço Docente, o Professor Doutor David Duarte.

§3. A **Ordem de Trabalhos** consistia nos pontos 1) Leitura e aprovação da Acta da reunião anterior; 2) Período Antes da Ordem do Dia; 3) Abertura do Ano Lectivo; 4) A FDUL EXPERIENCE 2014; 5) Projecto de Regulamento de Prestação de Serviço Docente;

6) Consultor para a Biblioteca e pedido de demissão do Professor Bibliotecário; 7) Renúncia ao cargo da Vice-Presidente da Direcção; 8) Renovação dos contratos de dois Assistentes da Faculdade; 9) Contratação de pessoal não-docente; 10) Actos do Conselho de Gestão; 11) Outros Assuntos;

§4. (**Leitura e Aprovação da Acta da Reunião Anterior**) O Professor Doutor Januário Costa Gomes, quanto à acta n.º7 referiu erros de ortografia e de denominação de alguns conselheiros, nomeadamente, a destrinça entre "Dr." e "Doutor", pedindo ainda que se fizesse uma alteração referente a uma sua intervenção. O estudante

Bruno Grazina faz um conjunto de alterações no que concerne às suas intervenções, remetendo para o envio dessas mesmas alterações via e-mail, por forma a que sejam integradas nas referidas actas. Por fim, a funcionária Isabel Ramos pede que seja colocado o apelido a um dos funcionários referidos na reunião correspondente à acta n.º7, o senhor Carlos Ventura. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva interpelando o conselho para mais alterações e, não tendo havido mais nenhuma alteração, o Professor Doutor Vasco Pereira da Silva dá as actas como aprovadas.

§5. (**Período Antes da Ordem do Dia**) O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva começa por perguntar ao Presidente da AAFDL, Pedro Gonçalves, sobre alguma informação que o mesmo queira dar em nome da Associação Académica, inclusive o balanço das comemorações recentes do centenário da Associação. O Presidente da AAFDL, Pedro Gonçalves, inicia a sua intervenção agradecendo a todo o corpo docente e não-docente da Faculdade e, em especial, ao Senhor Director e demais Presidentes dos órgãos da Faculdade, a presença nas comemorações do centenário da passada sexta-feira. O Presidente da AAFDL, Pedro Gonçalves, faz ainda referência ao livro do centenário da AAFDL, convidando todos os demais conselheiros a adquirirem um na medida em que retrata a história não só da Faculdade e da Associação, como também da própria história de Portugal. O Professor Doutor Januário Costa Gomes toma a palavra em seguida, pretendendo fazer uma nota de felicitação à Associação Académica pelos seus cem anos, na medida em que é uma Associação importante para o normal funcionamento da escola. Toma a palavra o Professor Doutor Miguel Moura e Silva para dar ao Conselho de Escola uma breve informação, enquanto professor coordenador do Gabinete dos Estudos Pós- Graduados, sobre a reforma que está em curso e o facto de ter sido feita a acreditação. O Professor Doutor Miguel Moura e Silva quis dar conta do facto de a Faculdade, no mês passado (dia 15 de Outubro) ter entregado um projecto de creditação de quatro novos ciclos de estudos. Trata-se de um processo de reforma que começou em 2011, processo por isso longo e amplamente debatido em diversas reuniões do Conselho Científico, mas relativamente ao qual a Faculdade não tinha, infelizmente, conseguido apresentar um projecto de novos ciclos de estudos. Os quatro novos ciclos são: um novo ciclo de Doutoramento, portanto, uma reforma do curso de Doutoramento que está agora a funcionar; um novo ciclo de estudos designado "Mestrado em Ciências Jurídicas" que vai substituir o Mestrado Científico; um terceiro ciclo de estudos designado "Mestrado em Direito e Prática Jurídica" que vai substituir os seis cursos existentes do chamado Mestrado Profissionalizante; o quarto ciclo de estudos é uma versão actualizada e alargada agora às consciências sociais, o curso de "Mestrado em Direito e Interioridade" que passa a designar-se por "Mestrado em Direito, Interioridade e Relações

Transfronteiriças". Este último curso trata-se de um projecto acarinhado pelo Professor Doutor Eduardo Vera- Cruz Pinto e pelo Professor Doutor João Miranda e que vai passar a contar com a colaboração do Centro de Ciências Sociais. Relativamente à reforma dos dois cursos de Mestrado, o Professor Doutor Moura e Silva denota que o Mestrado Científico continuará a funcionar nos mesmos termos, passando de 3 especializações para 24; passando a ter uma estrutura baseada em seminários a que acrescerá uma cadeira de "metodologia para a investigação científica". No cômputo geral, esta reforma, nas palavras do Professor, representa um aumento da oferta para os alunos interessados na oferta pós-graduada da Faculdade. O Professor Doutor Miguel Moura e Silva destaca o interesse do novo "Mestrado em Ciências Jurídicas", uma vez que permitirá a substituição da tese por uma componente prática, como seja o estágio, o que leva a "abrir as portas" à recepção dos alunos que pretendem, nos seus estudos pós-graduados, obter um complemento relativamente à formação obtida durante a licenciatura, mas de um ponto de vista mais prático. Por fim, o Professor deixa uma palavra de agradecimento a todos os que o ajudaram da parte administrativa, aos membros da comissão dos estudos pós-graduados e aos quatro presidentes dos grupos que foram igualmente decisivos, para conseguir recolher toda a informação essencial. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva a título pessoal e em nome do órgão deixa uma congratulação a todos os intervenientes nesta tarefa, salientando a importância que tem para a Faculdade uma multiplicidade de opções de qualidade ao nível do ensino pós-graduado. Toma a palavra, em seguida, o Professor Doutor Domingos Farinho para deixar uma nota de saudação inicial por ser a primeira vez que está presente no órgão e também para fazer o ponto de situação do centro de arbitragem e conflitos. O Professor informa que foi aprovado pelo Senhor Director, recentemente, o despacho que autoriza as obras no terceiro edifício que vai albergar não só o centro de arbitragem e de resolução de litígios como também um Gabinete de consultadoria jurídica; sendo o objectivo final que o centro esteja a funcionar, na sua plenitude, a partir de Março de 2015. Começará também, brevemente, o concurso para empresas que estejam interessadas em proceder à gestão e ao suporte electrónico do centro, que terá uma componente de mediação e outra de arbitragem especializada. Toma a palavra o Professor Doutor José Luis Ramos para pedir um esclarecimento que se desdobra em duas questões diferentes, a primeira reporta-se à marcação das próximas reuniões do Conselho de Escola, uma vez que são obrigatórias quatro reuniões por semestre; a segunda é para saber se todos os conselheiros docentes que se encontram na reunião pela primeira vez é em regime de substituição ou se é em regime de suplência. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva responde, referindo que quanto às reuniões o Professor admite que

julgava serem quatro reuniões obrigatórias por ano e não por semestre, conquanto e estando a aproximar-se as eleições para os novos conselheiros discentes não seria necessário marcar reuniões para antes dessa eleição, marcando-se essas mesmas reuniões que faltam para depois das eleições. Já quanto aos membros, o Professor informa que recebeu no dia a resignação ao cargo de conselheiro docente do Dr. Marco Capitão Ferreira e, relativamente aos restantes membros que se encontram na reunião pela primeira vez, encontram-se em regime de substituição, à excepção do Professor Doutor Guilherme d'Oliveira Martins que está presente na sequência da renúncia da Professora Doutora Ana Paula Dourado. Toma a palavra o Professor Doutor Luís Pereira Coutinho que, relativamente à ordem dos trabalhos, e que por aspectos pessoais teve que se ausentar mais cedo, quis salientar previamente um aspecto no que concerne a alguns despachos de delegação de poderes emitidos pelo Senhor Director e uma outra análise que os Regulamentos exigem. O Professor Vasco Pereira da Silva em resposta faz anotar estes dois pontos para a ordem de trabalhos da próxima reunião do Conselho de Escola. No entanto, o Professor Doutor Luís Pereira Coutinho faz umas breves questões ao Senhor Director quanto aos recentes despachos de delegação de poderes em que, essencialmente, o Despacho 8.444 de 2014, publicado na 2º série de 28 de Julho e que diz respeito à delegação de poderes no chefe da divisão académica, o Dr. Miguel Martins e quanto a algumas competências. O Professor expressa as suas dúvidas quanto à legalidade do despacho, uma vez que não encontra a norma de habilitação pode ser usada para ter o efeito que se pretende com o Despacho. Assim sendo, o Professor pede um esclarecimento quanto às normas de habilitação aplicadas para que este despacho de delegação de competências seja legal. Fica determinado pelo Professor Doutor Vasco Pereira da Silva que estas questões ficam em agenda para a próxima reunião do Conselho de Escola. O Professor Januário Costa Gomes toma a palavra para manifestar a sua preocupação quanto à manutenção da Lista B que pode vir a afectar o próprio quórum de funcionamento do órgão.

§6. (**Abertura do Ano Lectivo**) Por forma a iniciar esta discussão, toma a palavra a Professora Doutora Margarida Seixas, apresentando algumas dúvidas pessoais sobre o início do ano lectivo. A Professora Doutora Margarida Seixas denota que, face aos anos em que já dá aulas na Faculdade, nunca passou por um início de ano lectivo tão mau e caótico como o que se verificou neste ano. A primeira questão que a Professora coloca é quanto às inscrições: o atraso no tratamento das mesmas; as informações erradas dadas aos alunos nas inscrições, nomeadamente, no ciclo dos Mestrados e Doutoramento. A segunda questão realizada pela Professora prende-se com a questão dos horários: os horários das aulas teóricas foram publicados na sexta-feira (à tarde) anterior ao início das aulas na segunda-feira; os horários das

aulas práticas foram publicados uma semana mais tarde com a promessa de, ao serem publicados mais tarde, levaria a que não se verificassem alterações dos mesmos, o que não se sucedeu. A terceira questão é concernente aos sumários que não estavam disponíveis para serem lançados na página, acabando por fazer transparecer que a indisponibilidade partia da parte dos professores. Para concluir, a Professora Doutora Margarida Seixas denota a gravidade de uma "ideia peregrina" de excluir da avaliação contínua os alunos que estão a repetir o ano. A Professora realça a inadmissibilidade e a intolerância que deve haver perante este tipo de actuações que prejudicam e desrespeitam, manifestamente, os alunos da licenciatura, sublinhando que este tipo de actuações consubstanciam uma linha de acção de ensinar para os melhores com a qual a Professora não compactua. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva, tendo em conta que mais nenhum conselheiro pretende fazer uma intervenção, passa a palavra ao Senhor Director. Toma a palavra o Senhor Director, começando por saudar todos os presentes e agradecendo ao Presidente do Conselho de Escola e aos restantes membros conselheiros a possibilidade que foi dada a alguns membros da Direcção para tomarem a palavra para esclarecimentos em alguns dos pontos da ordem de trabalhos. O Senhor Director começa por esclarecer: "Numa perspectiva que reconhece a relevância deste órgão da Escola, entendi juntar documentos que contêm informação sobre vários pontos da ordem de trabalhos. No que toca justamente a esta ordem de trabalhos, verifico que é extensa e que se refere fundamentalmente à actividade da direcção, contendo ainda um ponto genérico sobre o conselho de gestão. A extensão é normal, atendendo, por um lado, ao intervalo de tempo decorrido desde a última reunião do Conselho de Escola (18 de Junho, suponho), e, por outro lado, ao perfil concreto da acção da Direcção, não obstante terem decorrido menos dez meses desde o momento em que tomei posse. Têm sido meses intensos de actividade, como resulta do documento que juntei, intitulado «Acompanhamento do programa de gestão», que se reparte por 7 grandes divisões, ensino, gestão financeira, investigação, património, pessoal não docente, marketing/comunicação e apoio ao estudante, incluindo 31 objectivos já concluídos e 10 em execução. O documento mostra que, afinal, os pontos da ordem de trabalhos respeitantes à Direcção cobrem somente uma pequena parte da actividade de que sou responsável enquanto Director. E não posso deixar de agradecer muito aos que me têm permitido concretizar tal actividade – embora eu seja o último responsável, a gestão desta magnífica Faculdade não é nem pode ser obra de um homem só. A dimensão da actividade de Direcção e a riqueza desta Faculdade justificam em parte a presente reunião, que, pela ordem de trabalhos, aparenta apostar numa apreciação actos. Mas o Conselho de Escola tem uma dimensão que se não esgota na apreciação mais ou menos passiva de actos de outros órgãos da

centenária Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Enquanto órgão representativo pode decidir os destinos da própria Faculdade e apontar profícuos caminhos aos órgãos com os quais dialoga. Assim sendo, sublinho um assunto, ou melhor dizendo dois assuntos, em que é muito pertinente tal diálogo, o Centro de Arbitragem e Resolução de Litígios e o Gabinete de Consulta Jurídica". Já quanto ao ponto específico dos alunos repetentes, o Senhor Director relembra que havia uma norma do regulamento de avaliação que suscitava dúvidas que levou a conversação com o presidente do conselho pedagógico, tendo-se concluído que seria mais prudente reunir o conselho pedagógico para ser tomada uma deliberação. O Senhor Director realça que o compromisso de não interferir com os demais órgãos da escola foi um compromisso tomado pelo mesmo, aquando da sua candidatura a Director da Faculdade. Sendo este tema delicado, o Director, esclarece que agiu de acordo com o compromisso tomado de não interferir com a esfera de competência do conselho pedagógico. Por fim, o Senhor Director conclui dizendo que quanto aos demais aspectos referentes à abertura do ano lectivo, o Dr. Miguel Martins teria o à vontade para responder a essas interpelações, na medida em que tem uma maior proximidade com o assunto. Toma a palavra o aluno Bruno Grazina começando por abordar a questão dos horários salientando que não houve apenas atrasos na definição dos horários, como também na própria atribuição das subturmas e no deferimento pelo Director dos requerimentos com pedidos de alteração mas, contudo, esses mesmos atrasos não são uma novidade, posto que se verificam sistematicamente todos os anos. Já quanto à interpretação feita ao regulamento de avaliação, o aluno considera ter sido feita uma interpretação um pouco autista, desde que o sentido de impedir a inscrição em método A para alunos que se encontram a repetir cadeiras, salientando que estes alunos pagam propinas como os demais colegas e que, se não tiveram a facilidade de fazer a cadeira em método A no ano anterior, não será certamente em método B que a irão fazer. Por fim, o aluno Bruno Grazina deixa uma recomendação para que futuramente estes assuntos sejam tratados de forma muito mais célere, por forma a não se prejudicar, mais uma vez, os alunos. O Presidente da AAFDL, Pedro Gonçalves, toma a palavra para referir que no que concerne à distribuição do serviço docente e, no decorrer de informação do Vice- Presidente da Intervenção e do Vogal do Pedagógico da AAFDL, foi feito de forma manifestamente positiva. Conquanto, foram notáveis os problemas ao nível da Divisão Académica que imputa à clara falta de pessoal não-docente (o próprio esforço dos funcionários actuais em trabalhar até bastante tarde, denota essa falha de recursos humanos). Quanto à questão pedagógica em concreto o Presidente da AAFDL realça que a Associação Académica já teve a oportunidade de demonstrar a sua posição em sede de conselho pedagógico extraordinário. O importante foi, apesar

dos atrasos e complicações que a questão suscitou, ter acabado por ser resolvida toda a quezília em volta da interpretação do preceito, não colocando mais problemas de futuro. O Professor Doutor Luís Pereira Coutinho toma a palavra expressando as dúvidas que tem face ao "atabalhoamento" do início deste ano lectivo, uma vez que há problemas que são previsíveis uma vez tomados os anos anteriores como exemplo, sendo um meio para tentar resolver esses mesmos problemas previsíveis atempadamente. O Professor Doutor Luís Pereira Coutinho realça ainda o problema das subturmas superdimensionadas que acabam por funcionar contra todos. Por fim o Professor Doutor Luís Pereira Coutinho faz uma observação, dizendo que o Senhor Director é que é o interlocutor no órgão, podendo o mesmo rodear-se de uma administração informal mas essa mesma administração informal não tem qualquer relevância para o órgão. O Professor Domingos Farinho faz algumas observações relativamente à exclusão dos alunos da avaliação contínua, inclusivamente por fazer parte do conselho pedagógico, e em sede deste órgão o tema foi bastante discutido (inclusivamente está em acta) e, independentemente da interpretação que foi admitida, a questão foi resolvida o mais depressa possível e pelo órgão que nos termos legais é competente. Por fim, o Professor Doutor Domingos Farinho deixa uma última nota no decorrer da intervenção do Professor Doutor Luís Pereira Coutinho, afirmando que nada impede um órgão e, em benefício do mesmo, receber comunicações para esclarecimentos de ciência das entidades que o próprio órgão entende. Em seguida, toma a palavra o Professor Doutor Januário Costa Gomes, louvando e apoiando a intervenção da Professora Doutora Margarida Seixas, particularmente no que respeita à questão das subturmas e à inscrição na avaliação contínua. No final de todas as intervenções já ouvidas, trespassou uma falta de humildade por parte dos órgãos responsáveis no que respeita a esta última questão suscitada e não se pode "render" à realidade quando a realidade estava à vista. Já quanto à questão suscitada em último lugar pelo Professor Doutor Luís Pereira Coutinho e, depois, pelo Professor Doutor Domingos Farinho, o Professor Doutor Januário Costa Gomes recorda que os estatutos da Faculdade preveem que as reuniões são públicas e que o Senhor Director pode pedir aos demais titulares dos órgãos da Faculdade para intervir em sede do Conselho de Escola; neste quadro, o Professor Doutor Januário Costa Gomes, conclui salientando que é neste quadro que se admitem intervenções de pessoas estranhas ao Conselho de Escola e que, caso o órgão entenda que devem ser chamados terceiros que não se enquadrem no perfil traçado nos estatutos, então deverá ser vista a maioria necessária para deliberar nesse sentido. Na sequência desta última tomada de posição, o Professor Doutor Januário Costa Gomes termina a sua intervenção tecendo considerações sobre a actual Direcção (inclusive e principalmente sobre o Director) esclarecendo que a opinião da

Faculdade ou, pelo menos o que se ouve pelos corredores da mesma, é que actualmente existe uma Direcção de facto e uma Direcção de direito que, sendo verdade, o Professor considera que a demissão do Director seria o mais acertado, pois nada de bom tal verdade tem para a Faculdade. As considerações do Professor Doutor Januário da Costa Gomes foram corroboradas e acentuadas pelo Prof. Doutor Bonifácio Ramos. Tem a palavra, em seguida, o Director, que começa por salientar que tomou em boa conta as palavras proferidas inicialmente pelo Presidente da AAFDL, Pedro Gonçalves, e por todos os demais; que não se perde em subjectividades e em jogos políticos; que lamenta a falta de vontade de certos membros do Conselho de Escola em ouvir os esclarecimentos que o Senhor Chefe da Divisão Académica está em condições de prestar; que a Direcção concluiu que houve problemas mas que, ao mesmo tempo, verificou-se uma evolução no sentido de minorar esses mesmos problemas; que alguns destes problemas se devem a falta de pessoal não docente, o que é visível e já foi referido e salientado em reunião. Todavia, já têm sido encetados esforços para colmatar as dificuldades que se vivem na Divisão Académica, como o início do processo concursal de contratação do coordenador de apoio ao ensino, a atribuição de bolsas e até o recente reajustamento interno da própria Divisão.Toma a palavra a Professora Doutora Margarida Seixas para deixar em acta que a crítica anteriormente feita não se reporta à secretaria, actual Divisão Académica, mas sim a quem tem de assumir as suas responsabilidade que é a Direcção da Faculdade. A Professora salienta que todos sabemos que a Faculdade está dotada de bons funcionários mas o que é preciso é que eles sejam bem dirigidos, não podendo ser atribuída a ausência do senhor Walter Rodrigues as falhas na Divisão Académica. Por fim, a Professora termina a enunciar que, enquanto jurista, a ensinaram que a interpretação é feita de acordo com o critério de Justiça e que, no que concerne à interpretação do Regulamento de Avaliação, a interpretação deveria ter sido guiada nesta sentido evitando o recurso ao órgão (embora ele seja competente, precisamente, para estas situações) e todos os demais problemas. Toma a palavra o Professor Doutor Luís Pereira Coutinho para, no decorrer da intervenção do Professor Domingos Farinho, relembrar o mesmo para as disposições que se encontram no Regulamento do Conselho (que pede à Secretária do Conselho de Escola que seja diligenciada a sua publicação) e que determinam que quem tem a palavra no que toca a matérias da Direcção da Faculdade é sempre, e tão- só, o Director. O Professor Doutor Miguel Moura e Silva relembra, de seguida, que foi membro do Conselho de Escola na composição do mandato anterior e que nunca ouviu intervenções do tipo que se fazem ouvir neste conselho, deixando uma nota ao Presidente do órgão para que seja mantida a elevação inerente ao próprio órgão. Conclui com um apelo à serenidade, demonstrando que o trabalho em união de

todos os agentes da Faculdade leva a efeitos benéficos como seja, por exemplo, a reforma do plano de estudos pós-graduado. O Professor Doutor Domingos Farinho secundou as palavras do Professor Doutor Miguel Moura e Silva e esclarece que a questão foi discutida e tratada pelo Conselho Pedagógico. Segundo o critério de justiça do Professor Doutor Domingos Farinho, o que é justo é o que é discutido pelo Conselho Pedagógico e pelo Conselho de Escola segundo as suas competências. O estudante Filipe Nascimento pede uma maior atenção para os atrasos das expostas dos requerimentos online, propondo uma via mais eficaz e congratula o Director da Faculdade pelas bolsas de mérito social. O Professor Januário da Costa Gomes responde ao Professor Doutor Moura e Silva, frisando que não foi feito qualquer ataque ad hominem ao Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro, tendo apenas sido criticado o Director enquanto tal, em termos institucionais, não enquanto pessoa e Professor. O Professor José Luis Ramos afirma que a solução dos problemas não passa por contratar mais funcionários. Referiu ainda que o Conselho de Escola não se pode dividir numa assembleia dos membros eleitos e numa assembleia dos funcionários. Respondendo ainda o Professor Doutor Miguel Moura e Silva, considerou que fazer críticas é próprio de um órgão democrático e não tem, necessariamente, de corresponder a uma perda de elevação do debate. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva, enquanto Presidente do órgão, referiu que, à luz dos Estatutos, o Conselho de Escola é um órgão público e, assim, o órgão pode decidir se quer ouvir os membros presentes que não sejam membros do Conselho de Escola. A Professora Doutora Margarida Seixas considerou necessária a discussão feita pelo Conselho Pedagógico, mas a mesma intervenção resultou da errada actuação da Direcção, pois esta usou a interpretação do Regulamento como subterfúgio. O Director da Faculdade teceu as considerações finais, dizendo que a sua agenda é a agenda da faculdade; demonstrou consideração pelo que foi referido pelo estudante Filipe Nascimento; e esclareceu que a Direcção está empenhada em superar os problemas decorrentes do início deste ano lectivo (ainda assim bem menores dos que se verificaram no passado recente), nomeadamente através da contratação de pessoal não docente.

§7. **(FDUL Experience 2014)** O Professor Doutor Januário Costa Gomes pergunta pelo balancete desta experiência e tendo o seu financiamento sido realizado através das verbas com base num protocolo com um banco, se as verbas tinham de ter como destino total o evento FDUL Experience. O Professore Doutor referiu ainda que é positivo este tipo de eventos, demonstrando o seu cepticismo apenas quanto aos seus custos, pois suscita-se a dúvida de saber se a verba aplicada não poderia ter sido, parcialmente aplicada a destinos mais prementes da Faculdade. Por fim, o Professor Doutor gostaria de saber o montante arrecadado para o financiamento de bolsas para alunos carenciados, posto que este era um dos objectivos do projecto. Toma a

palavra o Professor Doutor José Luis Ramos, referenciando que para além da resposta do senhor Director, será da maior importância a análise a documentos que envolvem a organização deste projecto, inclusive para conseguir perceber de onde o dinheiro veio e para onde foi. Por fim, o Professor Doutor pretende saber de que forma foi escolhida a empresa contratada para o desenvolvimento do projecto. Perante esta última intervenção o Professor Doutor Vasco Pereira da Silva, enquanto presidente do órgão, pergunta aos demais conselheiros se não pretendem realizar a discussão deste ponto numa próxima reunião, em que já todos tenham acesso aos documentos referenciados pelo Professor Doutor Januário Costa Gomes. O senhor Director, em resposta, considera que essa seria a melhor solução, muito embora não tenha percebido a que documentos é que o órgão se refere ou requer. O Professor Doutor Januário da Costa Gomes responde que seriam os documentos que sustentam a contratação da empresa para o desenvolvimento do projecto, o balancete, o protocolo com a instituição de crédito e ainda o documento comprovativo dos donativos obtidos destinados aos estudantes mais carenciados. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva conclui que seria um orçamento da actividade e, no fundo, uma justificação das contas. O Director destacou os aspectos positivos do Festival FDUL Experience 2014, iniciativa com dimensão única na Universidade de Lisboa (com 19 eventos de grande qualidade), a que se pretende dar continuação. Neste sentido, explicou que o Festival assentou na ideia de que o jurista precisa de ter horizontes largos e de que nunca estará completo sem uma renovada formação humanista; deu corpo a uma campanha solidária de captação de fundos para bolsas de estudo em benefício dos nossos estudantes mais carenciados; contribuiu para contrariar uma imagem externa e injusta da nossa Faculdade, como um espaço triste, frequentado por estudantes e professores que se dedicam a meros jogos de palavras. E acrescentou que foram muitos os consagrados artistas que aqui actuaram. Tragicamente, foi o local do último espectáculo de um deles, o saxofonista Jorge Reis, líder do Jorge Reis Quartet, que actuou na FDUL em 24 de setembro e que viria a falecer no Hospital de São José no dia 9 de outubro. Toma a palavra a Directora Executiva, que refere que no final da reunião os conselheiros já terão acesso ao protocolo e ao balancete, sendo certo que os demais projectos deverão ser escolhidos pelos conselheiros, na medida em que se trata de demasiados projectos, suscitando uns mais dúvidas do que outros. Por fim, a Directora Executiva congratula a preocupação dos conselheiros no que concerne a questões de contratação pública pois resguarda os membros do conselho de gestão no caso de existirem posteriores auditorias e a subsequente responsabilidade civil e criminal dos membros do conselho de gestão. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva remete para a próxima reunião do conselho de escola a análise deste ponto, uma vez que é

necessária a análise de documentos que apenas serão disponibilizados na reunião seguinte.

§8. **(Projecto de Regulamento sobre a Prestação de Serviço Docente)** O senhor Director começa por referir que este é apenas um projecto na medida em que o mesmo foi sujeito recentemente a análise do Conselho Pedagógico e o mesmo ainda não se pronunciou sobre o seu conteúdo, sem prejuízo para o conselho de escola emitir opinião sobre ele. O Professor Doutor Januário Costa Gomes salienta que não é o momento próprio para a análise do mesmo, pelos argumentos que o senhor Director referiu. O Professor Doutor Januário Costa Gomes refere que, no entanto, este regulamento foi "colocado no terreno" um pouco à revelia dos docentes (foi chumbado no Conselho Científico sem auscultar os docentes, o que, todavia, não afasta a admissibilidade de alguns pontos considerados urgentes). O Professor Doutor conclui a sua intervenção sublinhando a necessidade da existência de um Regulamento do Serviço Docente, mas que tem de ser moderado e não pode exagerar em alguns pontos, consubstanciando quase um "regime militarizado". O Professor Doutor Domingos Farinho acompanha as palavras do Professor Doutor Januário Costa Gomes, mas congratula a realização deste regulamento, inclusive porque se o conselho pedagógico batalhou tanto para a feitura de um regulamento de avaliação dos alunos não seria de esperar que a Faculdade trabalhasse no sentido de realizar um regulamento igualmente exigente para os docentes.

§9. **(Consultor para a Biblioteca e o pedido de demissão do Professor Bibliotecário)** O Professor Doutor Januário da Costa Gomes começou por admitir que, sob o ponto de vista estritamente formal, possa não ter havido irregularidades, considerando os documentos até ao momento conhecidos. Conquanto, o Professor Doutor salienta que a forma do processo é importante mas não é o mais importante e, nessa medida, todos os presentes sabem que o consultor que ganhou o concurso foi o pai da Chefe de Gabinete do senhor Director. Nesta medida, o Professor Doutor questiona a relação de proximidade inerente a esta contratação tendo em conta o poder que a Chefe de Gabinete tem. Num segundo ponto, o Professor Doutor questiona a própria necessidade de haver um consultor para a Biblioteca. O terceiro ponto respeita a uma questão de fundo, que é saber como é que se relaciona uma prestação de serviços com uma função, essencialmente, de natureza pública. Por fim, o Professor Doutor revela um incómodo que todo o processo trouxe à faculdade, incómodo que teve como razão a demissão do Professor Bibliotecário e, subsequentemente, a demissão da Sub-Directora, a Professora Doutora Paula Vaz Freire. Toma a palavra, o Professor Doutor José Luis Ramos, que salienta a página triste que foi aberta na Faculdade pela ocorrência deste episódio. O Professor Doutor salienta que o senhor Director não pode contratar quem entender para cargos de

uma instituição pública como a Faculdade; verdadeiramente, não se pode esquecer que o senhor Director enquadrou o júri que decidiu a contratação do pai da sua Chefe de Gabinete. Por fim, o Professor Doutor pede para lhe ser esclarecido o porquê desse mesmo consultor vir receber mais do que qualquer funcionário da Faculdade e em que consistirão as suas competências, inclusive por a Biblioteca necessitar de uma requalificação do sistema interno de funcionamento da Biblioteca, mais do que a contratação de um consultor. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva, antes mesmo de dar a palavra ao Professor Doutor Miguel Moura e Silva, dá algumas informações sobre acontecimentos posteriores à ocorrência destes factos. O Professor Doutor salienta que este assunto foi abordado no Conselho Científico e o mesmo deliberou que não iria aceitar a demissão do Professor Bibliotecário tendo o mesmo órgão considerado que esta matéria trata-se de uma competência partilhada ficando o Presidente do órgão mandatado para, em conversações com o senhor Director, chegar a acordo com o Professor Bibliotecário. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva salienta que o encontro de uma solução não invalida a discussão em torno do que se passou anteriormente à tomada de posição pelo Conselho Científico. Toma a palavra o Professor Doutor Miguel Moura e Silva que pede ao Director uma conjunto de esclarecimentos o primeiro dos quais prende-se com o futuro da biblioteca e em que termos é que as competências da mesma serão desenvolvidas. Posteriormente, houve um pedido do Conselho Científico, que o Professor Doutor Miguel Moura e Silva pede ao senhor Director que esclareça a que conclusões levaram esse mesmo pedido; por último, e uma vez que foram levantadas um conjunto de suspeitas, que sejam esclarecidos os contornos específicos das actuações do senhor Director que foram no conselho de escola questionadas. O Professor Doutor José Luis Ramos agradece ao Professor Doutor Vasco Pereira da Silva os esclarecimentos que deu quanto aos acontecimentos posteriores o que não invalida as acusações que fez quanto todo o processo desencadeado pelo Director. A Professora Doutora Margarida Seixas interroga o senhor Director sobre se o mesmo poderia garantir a sua total imparcialidade ao integrar o júri que procedeu à escolha do consultor para a biblioteca. O Presidente da AAFDL, para expressar a posição da Associação Académica quanto a este assunto pergunta se é necessário um consultor ou um chefe de divisão para a biblioteca. Tomando como exemplo outras Faculdades do país, no que concerne às suas bibliotecas, seria mais benéfico para a Faculdade a contratação de um Chefe de Divisão na semelhança do actual Chefe da Divisão Académica. Posteriormente e atendendo à forma que todo o processo de contratação teve, o Presidente da AAFDL considera que a forma utilizada colocou em causa a própria imagem do senhor Director. Por fim, realça que deveria ter sido consultado os órgãos da faculdade e, principalmente, embora a perda de vinculatividade devido à reforma

do RGIES, o Conselho Académico. O Professor José Luis Ramos toma a palavra para expressar a concordância com a tomada de posição expressa pelo Presidente da AAFDL, relativamente à contratação de um Chefe de Divisão. Conquanto, o Professor Doutor refere que no caso de não ser possível a contratação de um Chefe de Divisão, não se entende o porquê de não se colocar algum funcionário da biblioteca a ocupar essa função em regime de substituição, inclusive face à excelência de funcionários da biblioteca que a Faculdade detém neste momento. O senhor Director, em resposta a todas as intervenções, salienta a importância que a biblioteca tem na Faculdade e a necessidade de ambição que deve-se ter quanto ao futuro da biblioteca. Acrescenta que a biblioteca tem um perfil que pode ser melhorado e, necessita de o ser, para poder ser colocado no mesmo patamar que outras bibliotecas nacionais e internacionais, nomeadamente no que concerne ao apoio da investigação jurídica. Para prosseguir esse mesmo objectivo ambicioso, é necessária a contratação de mais pessoal que apoie o desenvolvimento de um projecto de futuro e a contratação de um consultor externo à margem de inúmeros exemplos de outras bibliotecas de topo. Quanto à demissão do Professor Bibliotecário, o senhor Director, esclarece que se está a encontrar uma solução que permita ao Professor Bibliotecário reponderar a sua demissão. A posição que foi tomada em Conselho Académico foi tomada em conta e, perante a mesma, colocou-se em suspenso a questão da contratação de um consultor externo insistindo-se novamente na contratação de um Chefe de Divisão, sendo certo que, na opinião do senhor Director, ambas as hipóteses devem ser aceites pois a biblioteca merece todos os meios e recurso humanos. Perante o pedido de esclarecimento pedido em intervenções anteriores relativamente aos antecedentes que conduziram a todos estes problemas suscitados, o senhor Director esclarece que foi criado um plano de reforma para a biblioteca e que, em conversações com o Professor Bibliotecário, chegou-se a acordo para a abertura de um concurso tendo a vista a contratação de um consultor para a biblioteca e, no conjunto destes acordos, ficou estabelecido que seria escolhido um júri constituído pelo Director, pelo Professor Doutor Duarte Nogueira e pelo Directora da Biblioteca da Caloust Gulbenkian, que iria escolher, numa reunião marcada para dia 1 de Setembro de 2014, a análise dos currículos (que eram 67). Após a realização da reunião onde foram estabelecidos os critérios de selecção e onde foi reduzido o número dos candidatos para 11. Tendo-se estabelecido que esse núcleo restrito de 11 candidatos seriam sujeitos a entrevistas realizadas pelo júri. Realizadas essas mesmas entrevistas houve uma outra reunião a 16 de Setembro onde o número de candidatos já estava reduzido para 3. Perante estes 3 candidatos houve um que sobressaiu pelo seu currículo, por ser um dos dois únicos que dispunha de Doutoramento na área e por deter uma experiência profissional de

10 anos como Director da Biblioteca Pública de Évora. No entanto, o candidato não tinha qualquer apelido que permitisse pensar na existência de uma relação familiar com a Chefe de Gabinete. Ao ter-se detectado tal relação, o Professor Bibliotecário, bem como os restantes elementos do júri, não entenderam que a mesma fosse um entrave à contratação, devido ao excelente currículo que a pessoa em causa demonstrava ter. Posto isto, o senhor Director esclarece que, a 17 de Setembro, o Professor Bibliotecário esteve presente no Conselho Científico a prestar esclarecimentos sobre a escolha feita, que sustentou, e, entretanto, devido à inquietação verificada o senhor Director, decidiu abrandar o processo para que não houvesse precipitações no processo. A proposta de contratação acabou por não ser feita até porque a 7 de Outubro, o Professor Bibliotecário apresentou a sua demissão invocando 2 motivos e não apenas esta questão da contratação. Entretanto o senhor Director esclarece que, dadas as ocorrências encetou negociações com o Professor Bibliotecário, por julgar que houve alguma precipitação que, felizmente, está agora a desaparecer, na medida em que se está em vias de chegar a uma solução. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva coloca um ponto de ordem a nível institucional, no sentido de esperar pelo resultado das soluções encontradas depois de consultados os órgãos da Faculdade e, posteriormente, numa próxima reunião, voltar-se a abordar este mesmo tema para também não afectar o decurso espectável das soluções determinadas. O Professor Doutor José Luis Ramos, entendendo o quase ponto de ordem feito pelo Professor Doutor Vasco Pereira da Silva, trouxe à colação dois pontos que julga importantes: recentemente o Tribunal de Contas promovendo uma auditoria a uma congénere nossa, foi muito crítico quanto à contratação para funções em cargos do quadro; em segundo lugar, o Professor Doutor denota que o facto de a pessoa contratada ser doutorada em bibliotecas não deve ser tido como algo manifestamente relevante, uma vez que, estamos no âmbito de uma biblioteca de Direito. O senhor Director agradece a intervenção do Professor Doutor José Luis Ramos, mas deixa uma observação discordante no que concerne à alegada desnecessidade de doutorados em bibliotecas por se estar perante uma biblioteca de direito. A importância da nossa biblioteca exige, pelo contrário, alguém com elevada formação e especialização em gestão de bibliotecas. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva pergunta a todos os conselheiros se estão de acordo quanto à passagem deste ponto da ordem de trabalhos para uma reunião posterior, aguardando a conclusão das negociações que conduzirão a uma solução. Nenhum conselheiro se opôs, tendo-se passado ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

§10. (Renúncia da Sub-Directora) O Professor Doutor Januário Costa Gomes começa a sua intervenção sublinhando a ligação umbilical que este problema teve com o anterior e em função do ponto de ordem que o Presidente do Conselho de Escola fez, o Professor Doutor deixa apenas uma nota de louvor à atitude da Professora Doutora Paula Vaz Freire que decidiu demitir-se face à sua não concordância com todas as atitudes levadas a cabo pela Direcção. O Professor Doutor José Luis Ramos acompanha as palavras do Professor Doutor Januário Costa Gomes e acrescenta que louva a atitude da Sub-directora que aquando das sucessivas delegações de competências na figura da Chefe de Gabinete, não concordou e demitiu-se. O Professor Doutor salienta que, ele próprio, não teria a capacidade para aceitar estar numa Direcção em que esvaziam constantemente as competências que estatuariamente lhe são atribuídas mas, constantemente delegadas na figura da Chefe de Gabinete. O senhor Director subscreve a nota de louvor feita no Conselho de Escola, salientando que nunca esteve em causa a lealdade e competência da Professora Doutora Paula Vaz Freire, tendo expresso, mais do que uma vez, que a atitude da mesma era precipitada e que assentava em pressupostos de facto e de direito que não eram os verdadeiros – foi uma demissão dura e precipitada. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva julga que é opinião unânime do Conselho a existência de um voto de louvor à Professora Doutora Paula Vaz Freire e propõe um voto que, caso haja uma retroação do que originou uma demissão do Professor Bibliotecário, se efectuem negociações com a Professora Doutora Paula Vaz Freire para que a mesma volte a integrar a Direcção. Embora seja uma decisão que cabe apenas e só à Professora Doutora, o Professor Doutor Vasco Pereira da Silva faz este voto, inclusive porque se o motivo determinante para a sua demissão foi a demissão do Professor Bibliotecário e se essa mesma situação for reposta talvez se consiga prosseguir a concretização deste voto. O Professor Doutor Januário Costa Gomes refere que a intervenção do Professor Doutor Vasco Pereira da Silva divide-se em duas partes. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva esclarece que são dois votos distintos sendo o segundo realizado a título pessoal.

§11. (Renovação de dois contratos de Assistentes da Faculdade) O Professor Doutor Januário Costa Gomes toma a palavra, para pedir que o ponto 8 e 9 e uma vez que relativamente ao ponto 9 pede ao senhor Director um documento que se reporta a uma lista das tarefas do pessoal docente. Uma vez que o

Professor Doutor vê um paralelismo entre o ponto 8 e 9, embora que formal e em função da hora que é, propõe que os pontos transitem para a próxima reunião. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva coloca à consideração do Conselho de Escola a transição do ponto 8 e 9 para a próxima reunião. O Professor José Luis Ramos toma a palavra para fazer uma observação em género de provocação no sentido de concordar com a transição desde que a próxima reunião seja marcada o quanto antes. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva salienta que marcará ainda hoje a próxima reunião. O aluno Filipe Nascimento salienta que relativamente ao ponto 8 e 9 e devido à renovação dos mandatos dos conselheiros discentes, o aluno expressa a sua insatisfação em não pronunciar-se sobre estes pontos, embora perceba o motivo. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva e sem a oposição de nenhum membro passa o ponto para a próxima reunião.

§12. (Actos do Conselho de Gestão) O Professor Doutor Januário Costa Gomes embora considere que este ponto poderia ser, igualmente, adiado para uma próxima reunião faz apenas uma questão, que concerne à dúvida de existência do Conselho de Gestão. O Senhor Director em resposta esclarece que a própria existência da Sub-Directora não é essencial para o funcionamento do Conselho de Gestão bastando a existência de um gestor da área financeira que neste momento é a Dr.ª Ana Ramos.

§13. (Outros Assuntos) O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva relativamente ao processo eleitoral de dia 26 de Novembro, que tem em vista a eleições dos alunos para os órgãos, expressou ao Conselho a insuficiência dos Estatutos para a regulamentação do acto eleitoral, transmitindo que houve duas listas candidatas que não foram aceites por irregularidades deixando a nota de que se as mesmas suprissem as falhas apontadas até ao dia anterior ao acto eleitoral, ainda poderiam candidatar-se. O Presidente da AAFDL deixa um voto de louvor aos conselheiros discentes à sua postura e contributo à escola, num mandato que foi especialmente atribulado, propondo ainda um voto de louvor pelo Conselho de Escola. O Professor Doutor Januário Costa Gomes associou-se ao voto de louvor incluindo o anterior secretário do Conselho de Escola, o Dr. João Estrela. O Professor Doutor Miguel Moura e Silva deixou umas palavras de reconhecimento do trabalho efectuado pelos conselheiros discentes e agradece esse mesmo contributo. O aluno Bruno Grazina agradece a oportunidade de ter trabalhado neste órgão e ainda que tenha apenas deixado uma mais-valia, por

mais pequena que tenha sido, deixa-o bastante satisfeito deixando, ainda, uma nota aos restantes conselheiros discentes que, embora não tenha havido sempre uma concordância entre os mesmos, foi uma satisfação ter trabalhado com os mesmos. O aluno Bruno Grazina termina a sua intervenção dizendo que foi um grande orgulho pessoal ter representado os estudantes no Conselho de Escola. O aluno Filipe Nascimento intervém par agradecer as palavras dos conselheiros de escola e deixou a nota de que, pela parte dos conselheiros discentes, sempre tentaram acompanhar o funcionamento do órgão e ajudar à tomada de decisões com o devido sentido de responsabilidade. A aluna Maria Desidério deixa umas palavras finais, começando por deixar uma palavra de agradecimento ao Professor Doutor Vasco Pereira da Silva com quem trabalha há quase 2 anos em diferentes órgãos da Faculdade, salientando a abertura que o Professor Doutor tem em ouvir e resolver os mais variados problemas dos estudantes. Quanto à curta intervenção que teve no Conselho de Escola, a aluna deixou um recado enquanto aluna finalista não só da Faculdade mas da Associação Académica, no sentido de deixar não só para os colegas como para os professores no sentido de que se deixe a "política de corredor" e se comece a actuar no sentido de proteger cada vez mais os interesses dos estudantes. A aluna deixa uma nota final, salientando que a Faculdade é composta por 4 mil alunos de realidades muito diversas e em que as necessidades que se sentem relativamente a pessoal não-docente são supridas por alunos que colaboram com a Associação Académica e, nesta medida, enquanto aluna finalista e em jeito de despedida dos órgãos associativos e não associativos da Faculdade, deixa um pedido não só aos seus colegas como aos docentes no sentido de ser esquecida a "política de corredor" e que se passe à parte da prática, pois essa sim é importante. O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva, parafraseando um fado de Coimbra, denota que o Conselho de Escola tem mais encanto na hora da despedida e, portanto, há um juízo de quem parte e de quem fica. O Professor Doutor termina por dizer que não é um chavão reiterar que os estudantes da Faculdade são os melhores estudantes do país e, em relação à aluna Maria Desidério agradece e alarga a todos os votos de felicidades e votos de sucesso no futuro.

A reunião do próximo Conselho de Escola ficou marcada para o próximo dia 15 de Dezembro.

FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O Presidente da Assembleia

Vasco Pereira da Silva

O Secretário da Assembleia

Maria Desidério